

AUTOCONFRONTAÇÃO SIMPLES: APORTES PARA A INVESTIGAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

SIMPLE SELFCONFRONTATION: CONTRIBUTIONS TO RESEARCH OF TEACHING WORK

Matheus José Cuzato Mancuso¹

Deivis Perez ²

¹ Psicólogo e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Área de atuação: Psicologia do Trabalho.

² Professor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e no Departamento de Psicologia Social e Educacional da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Área de atuação: Psicologia Social.

Resumo: Este texto apresenta um instrumento metodológico de intervenção e pesquisa no mundo do trabalho denominado autoconfrontação simples, o qual ainda tem sido pouco utilizado no cenário brasileiro. Pretendeu-se demonstrar que este dispositivo, da maneira como tem sido empregado e desenvolvido no âmbito da Clínica da Atividade, pode se configurar num percurso metodológico significativo para a mediação e a investigação dos movimentos próprios da laboralidade dos professores.

Palavras-chave: Psicologia do Trabalho; Autoconfrontação Simples; Clínica da Atividade; Professores; Educação.

Abstract: This text presents a methodological instrument of intervention and research in the world of work called simple selfconfrontation, which has still been little used in the Brazilian scenario. It was intended to demonstrate that this device, as it has been used and developed within the scope of the Activity Clinic, can be configured in a meaningful methodological course for the mediation and investigation of the proper movements of teachers' work.

Keywords: Work Psychology; Simple Selfconfrontation; Activity Clinic; Teaching; Education.

Resumen: Este texto presenta un instrumento metodológico de intervención e investigación en el mundo del trabajo denominado autoconfrontación simple, el cual aún ha sido poco utilizado en el escenario brasileño. Se pretendió demostrar que este dispositivo, de la manera como ha sido empleado y desarrollado en el ámbito de la Clínica de la Actividad, puede configurarse en un recorrido metodológico significativo para la mediación y la investigación de los movimientos propios de la laboralidad de los profesores.

Palabras clave: Psicología del Trabajo; Autoconfrontación simple; Clínica de la Actividad; Profesores; Educación.

1 Introdução

A autoconfrontação é uma ferramenta metodológica usada na coleta dos dados de pesquisas sobre o trabalho e, de modo isócrono, na produção de saberes e coanálise de atividades laborais por trabalhadores mediados por um especialista. Este dispositivo foi criado por Michael Von Cranach e utilizado ao longo dos anos 1970 e 1980 por pesquisadores do campo da Ergonomia, os quais estavam atentos para a necessidade de os profissionais aprenderem a examinar os aspectos constitutivos da sua realidade ocupacional. Mais recentemente, a partir do final dos anos 1990, a autoconfrontação foi apropriada e tem sido aperfeiçoada por estudiosos que atuam sob o marco da Clínica da Atividade (FAITA, 1997; CLOT, 2007; 2010). Neste quadro teórico o dispositivo em questão é compreendido como um instrumento de intervenção e pesquisa que permite, simultaneamente, a recolha das informações que compõem a base de dados de uma investigação acadêmica e a análise de um ofício pelos próprios trabalhadores mediados por um pesquisador, um psicólogo ou um analista do trabalho (CLOT; FERNÁNDEZ, 2007). Em outras palavras, se pretende que a autoconfrontação seja um dispositivo capaz de ensejar a instalação gradativa de operações dedicadas à examinação, (re)conhecimento e compreensão do funcionamento do trabalho de uma categoria ocupacional e, também, de propiciar as condições para a instalação de movimentações dialéticas de coanálise e transformação da laboralidade num processo em que são coparticipes um pesquisador e um grupo específico de profissionais (PEREZ, 2016).

Considerando que se trata de instrumento que propõe a análise colaborativa do trabalho pode-se, conforme avaliamos, ir além da mera observação direta da atividade laboral, de tal forma que os trabalhadores e o pesquisador têm a possibilidade de identificar, registrar e dialogar sobre o trabalho e suas múltiplas determinações, de modo a constituir novas zonas de entendimento racional e de atribuição de sentidos socialmente partilhados aos inúmeros fatores que constituem a laboralidade.

É relevante elucidar que a noção de *sentido* em que nos apoiamos é compreendida, conforme a Psicologia Histórica-Cultural de Vigotski, como uma formação dinâmica, fluida e complexa, associada a todos os fatos psicológicos que uma palavra ou fenômeno despertam na consciência do sujeito, baseando-se no entendimento do mundo e no conjunto da estrutura interior do indivíduo (VIGOTSKI, 2000). Isto quer dizer que o *sentido* é uma zona da consciência humana, caracterizada como a apreciação, realizada por uma pessoa histórica-política-cultural e socialmente situada, acerca de um acontecimento, de uma situação vivenciada ou de um signo particular. O sentido integra em seu bojo os elementos afetivos e racionais ou cognitivos que são mobilizados por um

indivíduo e direcionados ao entendimento e interpretação de uma situação ou signo.

Cumprir notar que há duas modalidades de autoconfrontação, a saber: simples e cruzada. Na sua tipologia simples um pesquisador realiza o processo de mediação do estudo do trabalho com um trabalhador-voluntário de cada vez. Já na autoconfrontação cruzada, se observa que o exame da laborabilidade é feito por intermédio de duplas de profissionais, que dialogam entre si e com o estudioso. Neste artigo optou-se por apresentar e discutir os possíveis usos da autoconfrontação simples aplicada como estratégia para a investigação e transformação do trabalho de uma categoria profissional estrita, os professores. Isto porque a atividade docente continua a ser, contemporaneamente, central na difusão dos saberes teóricos e dos fazeres socialmente construídos e que pertencem a toda a coletividade humana. Em face disso, não se pode negar que é relevante examinar e aprimorar dispositivos metodológicos, como a autoconfrontação simples, adaptados às necessidades formativas e de análise crítica do trabalho para e pelos professores.

2 O trabalho docente e a importância do professor

Antes de prosseguir para a abordagem dos usos da autoconfrontação simples como possível instrumento de estudo da atividade docente, cumprir (re)afirmar a destacada relevância do professor em nossa sociedade, bem como clarejar e comentar as problematizações prevaletes em relação ao ofício docente no Brasil.

Conforme mencionado anteriormente, o trabalho docente continua a ser indispensável, em especial ao presumirmos que os contextos econômico, político e sociocultural contemporâneos têm sido sinalados pela crescente complexidade das relações que são estabelecidas entre pessoas, instituições e países, as quais demandam, por parte dos indivíduos e grupos sociais, a construção de “[...] uma cultura da compreensão, da análise crítica, da reflexão sobre o que fazemos e acreditamos [...]” (POZO, 2002, p. 40).

Essa complexidade da vida tem afetado e imposto desafios significativos a todas as dimensões do campo educativo, com particular ênfase aos seus profissionais e organizações. Neste cenário, o ofício docente tem confirmado a sua centralidade nas sociedades, na medida em que se solicita que esses profissionais liderem o importante desafio que é garantir a reprodução e a socialização para as novas gerações dos instrumentos e saberes teórico-práticos propícios para o entendimento, a interpretação e a atuação transformadora no mundo circundante.

No Brasil, a relevância da atividade ocupacional docente pode ser notada, por exemplo, considerando as indicações do Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio de diálogos e entendimentos estabelecidos com setores da sociedade civil organizada, do setor privado, profissionais da educação e atores políticos, os quais foram construídos durante fóruns e conferências públicas de abrangência regional e nacional. O Plano, que foi aprovado no ano de 2014, pretendeu organizar e estabelecer as diretrizes, metas e estratégias da educação nacional para o decênio consecutivo. Neste documento ficou definido que os investimentos federais, estaduais e municipais, com vistas à melhoria da qualidade da educação brasileira, devem priorizar a valorização dos profissionais da área de modo geral e dos professores com particular destaque.

Esta posição fulcral dos profissionais da educação no PNE sinaliza para uma suposta valorização e reconhecimento do campo por parte dos órgãos governamentais. Isto porque são os trabalhadores do segmento que estão em posição de condicionar e potencializar o alcance de importantes metas educacionais do país, como aquelas orientadas para a garantia do direito à educação básica de alta qualidade; a promoção da garantia do acesso à escolarização; a universalização do ensino obrigatório; a redução das desigualdades e valorização da diversidade social e construção de equidade entre grupos e indivíduos; o aumento do número de vagas no ensino superior; entre outras.

O texto do PNE destaca ainda que um adequado reconhecimento dos profissionais da educação, que permita aos estabelecimentos educacionais contar com um quadro de trabalhadores comprometido com os estudantes e com a comunidade escolar, é indispensável para assegurar a implementação de políticas de educação capazes de garantir o alcance dos preceitos constitucionais de 1988, segundo os quais todo o brasileiro tem direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade que seja capaz de garantir o preparo de todos os segmentos da população para o pleno exercício da cidadania e para o ingresso e permanência no mundo do trabalho (BRASIL, 1988).

É relevante mencionar também que o PNE afirma que são necessárias à melhoria da qualidade da educação básica pública, a elaboração e implementação de planos de carreira, a oferta de salários atrativos, a criação de condições de trabalho apropriadas e salubres, a criação e promoção de processos de formação inicial e continuada e, ainda, organização de formas criteriosas de seleção. O PNE aponta que quanto mais sustentáveis forem as carreiras e mais integradas forem as decisões relativas à formação e trabalho docente, melhores serão as perspectivas da equidade na oferta educacional (BRASIL, 2014).

O caráter cêntrico da atividade laboral dos professores também fica evidenciado quando se considera a evolução da previsão dos recursos públicos a serem aplicados em educação, conforme a indicação feita no PNE, segundo o qual é preciso “[...] ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio” (BRASIL, 2014).

Além do PNE, vale mencionar a criação, no ano de 2007, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que também sinalizou para a relevância social do profissional docente em nosso país, já que parte significativa dos recursos do Fundeb é dirigida à formação de professores, em nível inicial, no âmbito da graduação, e, também, para assegurar o aprimoramento funcional e a melhoria da remuneração de docentes. Este fundo financia toda a educação básica brasileira, garantindo que 10% da contribuição total dos estados e municípios seja destinada ao campo educativo. É dividido em duas parcelas, sendo uma de 60% vinculada à remuneração do magistério (salário, férias, gratificações, horas extras, encargos sociais, etc.) e a outra de 40% para outras despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (capacitação sob a forma de formação continuada e formação inicial, aquisição de materiais, conservação das instalações físicas, manutenção de equipamentos como carteiras, mesas, computadores; despesas com contas mensais como água, energia; etc). Com vigência estabelecida para o período de 2007-2020, o Fundeb foi criado como mecanismo de redistribuição dos recursos da educação. Assim como o PNE, o Fundo visa a equidade, redução das desigualdades e valorização do magistério (BRASIL, 2014).

Cumprir notar que não desconhecemos os significativos retrocessos que o golpe de estado registrado em 2016 no Brasil estabeleceu em relação às políticas públicas e ações de valorização dos professores. Apesar disso, nota-se que está mantido discursivamente, em inúmeros segmentos sociais, a valorização do trabalho docente e da educação pelo governo ilegítimo que assumiu o comando da administração federal do país.

Se por um lado há evidências acerca da importância do trabalho do professor, como aquelas supracitadas, é forçoso reconhecer, por outro lado, que os educadores tem enfrentado questionamentos sobre as características da sua laboralidade. A Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo, tem liderado estes questionamentos, partindo de uma perspectiva econômica liberal, aos sistemas educacionais nacionais e ao modo de trabalho docente, exigindo a ampliação dos esforços governamentais na aceção da renovação dos métodos e dos conteúdos

de ensino e, de modo enfático, apregoando a necessidade da formação de novos quadros e a requalificação dos docentes em atividade de modo a favorecer o surgimento do que denomina *novo profissional do ensino*, o qual deve ser flexível, adaptável às prescrições postas pela lógica que privilegia a racionalização técnica do trabalho docente. O **resultado** pretendido é a caracterização da educação como um serviço, sendo os serviços, indistintamente, considerados um gênero de mercadoria (MACHADO, 2007).

Por conseguinte, a ininterrupta exigência de profissionalização docente pode vir a impactar a classe na medida em que o educador, tendo que seguir as condições impostas pela dinâmica das sociedades capitalistas modernas e pelo que as suas instituições e governos reivindicam — como a qualificação constante, a formação inicial e contínua, entre outros — corre o risco de ser prejudicado. Ou seja, os processos de formação precarizados, adaptáveis às rápidas e contínuas mudanças sociais, com o imperativo da adequação incessante do trabalho docente aos moldes neoliberais, podem complexificar o gênero profissional do professorado e impor dificuldades e limites ao exercício das tarefas regulares e ordinárias. Deve-se assinalar que a mercantilização da educação tende a modificar as circunstâncias, estruturas e instituições do segmento educativo e, também, afetar a representação social e pessoal da figura do profissional docente, com desdobramentos dramáticos sobre a sua atuação rotineira.

Outro questionamento recorrente feito à categoria docente diz respeito à qualidade do ensino que, de modo consequente, guarda nexos com a expectativa de que os professores sejam capazes não somente de enfrentar as questões de como lidar com as múltiplas formas do ensinar, como também que obtenham sucesso em áreas nas quais falharam os pais, instituições religiosas e instâncias diversas dos poderes públicos. Devem ainda encontrar o justo equilíbrio entre tradição e modernidade, entre as idéias, valores e atitudes próprias dos aprendizes e os conteúdos dos programas e currículos que devem ser cumpridos. A competência, o profissionalismo e o devotamento que requisitamos dos docentes fazem recair sobre eles uma pesada responsabilidade societária. Dito de outra forma, exige-se muito deles e as necessidades a satisfazer parecem quase ilimitadas (DELORS, 1998).

Culpabilizados porque não respondem às exigências da atividade escolar diária, estes profissionais se veem em meio a um fogo cruzado, numa história de isolamento no interior da sala de aula, o que contribui para impedir uma mudança do seu status sociocultural (LELIS, 2008). Portanto, como nos diz Machado (2007), não é inusitado que todas essas mutações tenham tido consequências profundas sobre o agir do professor, sobre a sua subjetividade e a sua identidade. Não é invulgar também que

as políticas governamentais tenham incentivado vigorosamente a edificação de processos de formação inicial para o trabalho, bem como ações de aprimoramento e especialização ocupacional dos professores consonantes com a perspectiva neoliberal.

A literatura há tempos aponta para a precarização e a intensificação do trabalho docente, implicando tanto o aumento das exigências e diversificação de suas atividades, quanto a fragilização das suas condições funcionais, incluindo os salários pauperizados e contratos temporários (MOURA, 2013). O verdadeiro deficit não está no docente, mas nas próprias prescrições ou nas condições de trabalho que impedem a realização de seu agir profissional e o seu desenvolvimento particular (MACHADO, 2007).

O trabalho educativo profissional, que caracteriza a atividade dos professores, passou a ser considerado apenas recentemente como objeto legítimo de estudos, já que antes apenas se reputava o trabalho produtor de bens materiais como *verdadeiro* campo de análises. A partir deste momento, então, iniciou-se uma série de estudos relacionados e direcionados a aspectos relevantes, desde fatos históricos a reflexos das metamorfoses sociais nesta profissão (MACHADO, 2007).

É neste cenário, delineado de forma extensiva, que nos pareceu pertinente dar a conhecer a autoconfrontação simples, compreendida como um dispositivo de investigação e produção de conhecimentos acerca do trabalho e possível aporte para o exame e, quiçá, dispositivo qualificado para ensejar a medrança da laboralidade docente, por ação dos próprios trabalhadores.

3 Autoconfrontação simples: possível aporte

O dispositivo metodológico de coleta e coanálise dos dados sobre atividades ocupacionais nomeado *autoconfrontação simples* foi incorporado, a partir dos anos 1990, e passou a ser aperfeiçoado no contexto da Clínica da Atividade, por se caracterizar como uma ferramenta de intervenção e pesquisa que permite, primeiramente, a coanálise de um ofício pelos próprios trabalhadores mediados por um pesquisador e, num segundo movimento, durante a dinâmica de transformação da laboralidade, formação e desenvolvimento dos trabalhadores, favorece a recolha das informações que poderão compor a base de dados de uma investigação (CLOT; FERNÁNDEZ, 2007).

É necessário informar que a autoconfrontação simples é um dispositivo que se propõe, primeiramente, ao estímulo dos processos de desenvolvimento e transformação dos indivíduos e coletividades humanas,

associado à coanálise, reflexão e ressignificação da atividade laboral, por trabalhadores mediados por um psicólogo, pesquisador ou analista do trabalho e, em outro momento, constitui-se numa ferramenta do campo acadêmico que visa a recolha e exame de dados sobre o processo de desenvolvimento em situação de trabalho de indivíduos e grupos, em prol da produção de saberes (PEREZ, 2016).

A opção por evidenciar a autoconfrontação simples se deu porque esta se revela como um instrumento adequado e, muito provavelmente, eficaz para a produção de saberes sobre o trabalho docente, na medida em que não se propõe a ser meramente um meio para coleta de dados, mas também um aporte que proporciona discussão, reflexão e coanálise sobre atividades laborais, fazendo com que o próprio profissional, em conjunto com o pesquisador, tenha a possibilidade de analisar a sua ocupação, buscando meios para a sua transmutação.

A autoconfrontação caracteriza-se, então, por ser um dispositivo de coleta, coanálise e examinação dos dados, que se efetiva por meio da gravação em vídeo, com uma câmera apropriada, da atividade laboral do voluntário-trabalhador, para, posteriormente, por intermédio da exibição de trechos do vídeo a este voluntário, se fazer a confrontação do profissional com a sua própria atividade, seguida do diálogo entre ele e o pesquisador, tencionando provocar a coanálise do trabalho (estudo em conjunto).

Pormenorizadamente, o que se pretende estimular é um processo reflexivo do trabalhador, sendo que o esforço explicativo sobre o próprio trabalho, as pausas, dúvidas, incertezas, manifestações dos pensamentos verbalizados, lacunas discursivas, entre outras manifestações da pessoa (MESSIAS; PEREZ, 2013), podem apresentar aspectos além do que apenas possa ser observado, os quais irão compor uma ulterior base analítica de investigação acadêmico-científica.

3.1 Caracterização da autoconfrontação simples

Como já dito anteriormente, é no âmbito da Clínica da Atividade que a autoconfrontação simples vem se desenvolvendo. Esta abordagem, por sua vez, é uma vertente da Psicologia do Trabalho, que tem as suas principais raízes epistemológicas na Psicologia Sócio Histórica Cultural de Vigotski, nos estudos da Ergonomia realizados por Wisner (1987; 1994), nos constructos de Oddone (1981), na Psicopatologia do Trabalho de Le Guillant (2006) e na Psicodinâmica do Trabalho de Dejours (1999).

A ênfase da Clínica da Atividade está na busca de instrumentos que viabilizem a compreensão da situação de trabalho real para ampliar o

poder de agir da pessoa sobre o mundo e sobre si mesmo, coletivamente e individualmente, considerando o trabalho como uma atividade permanente de (re)criação das formas de (con)viver, e não apenas como tarefa, mas como atividade situada, dirigida, histórica e processual (CLOT, 2006). O termo trabalho, na obra de Clot, emerge como uma forma de atividade, entre outras, com uma função psicológica destacada, o que conduziu o autor ao estudo das implicações das atividades de trabalho no desenvolvimento das funções psíquicas tipicamente humanas. À vista disto, o objeto das suas investigações é este desenvolvimento, sua história e seus impedimentos; de acordo com os postulados metodológicos da abordagem vigotskiana.

No texto *o Significado Histórico da Crise da Psicologia: uma Investigação Metodológica* (1927/2000), Vigotki afirmava que os psicólogos e teóricos da área necessitavam elaborar e desenvolver métodos indiretos de acesso ao psiquismo humano, capazes de favorecer aproximações graduais e sucessivas dos fenômenos psicológicos, que possibilitassem visualizar e considerar os comportamentos observáveis e os aspectos conscientes do homem analogamente aos métodos diretos, mas que também permitissem reconstruir e interpretar outras dimensões do psiquismo, não conscientes e subjetivas.

Em congruência com esta visão, Vigotski renunciava que a enunciação do sujeito da experiência deveria ser solicitada, pedindo-lhe “um relatório verbal” sobre os seus movimentos em situação de atividade ou trabalho, incluindo os atos que foram inibidos, mas que nem por isso deixam de ser reais, pois a investigação dos movimentos internos não realizados é parte componente necessária da experimentação. Isto motivou o estudioso russo a preconizar a necessidade de reformulação radical dos métodos de experimentação em Psicologia, para assegurar que fossem contempladas as atividades inibidas que agem à revelia tanto do experimentador quanto do sujeito. Por este motivo, a metodologia tão somente poderia ser o revés da objetividade proposta pela observação clássica experimental, que prezava pela assertividade petrificada do real, ou seja, o recomendável para o estudo inclusivo das atividades suspensas seria a utilização de uma metodologia indireta de acesso ao psiquismo (CLOT, 2010).

Na Clínica da Atividade, em conformidade com o que Vigotski observava, “a ação passada pelo crivo do pensamento se transforma em outra ação que é refletida” (CLOT, 2010, p. 200), sendo que todos os esforços estão totalmente focalizados neste ponto: em que condições é possível passar a ação pelo crivo do pensamento, não só do pesquisador, mas do próprio sujeito. De acordo com Clot, o esforço que a pessoa realiza para passar o ato laboral pelo crivo do seu pensamento é, per se, uma ação em que o indivíduo toma a si e à sua atividade como objeto de

reflexão, exame e geração de saberes. Assim, nota-se que Clot se esteia no entendimento vigotskiano e o toma como fundamento para as suas apreciações e descobertas teóricas e metodológicas, as quais tem como sinótico a frase “[...] conheço-me apenas na medida em que eu próprio sou um outro para mim” (CLOT, 2010).

O que Clot pretende, por intermédio das suas conjecturas, é fazer emergir, valendo-se de dispositivos metodológicos adequados, o real da atividade, isto é, os aspectos suspensos, não realizados e/ou não ditos da atividade da pessoa, também chamado de *além do observável* (MANCUSO, 2018 no prelo). Tais possibilidades descartadas e não vividas concretamente são relevantes para a elaboração de um quadro que permita compreender também as atividades que venceram e viveram. As atividades que não se mostraram acessíveis diretamente são despertadas pela reflexão sobre a ação, razão pela qual Vigotski insistiu na aplicação do que denominou método indireto (CLOT, 2010).

É preciso realçar que, em Clot, a atividade realizada corresponde a uma parte daquilo que o autor chamou de *real da atividade*, o qual inclui os aspectos impedidos e que não se manifestaram nas ações visíveis da pessoa, mas que estão presentes no seu psiquismo de maneira mais ou menos consciente. A atividade realizada é o resultado evidente e observável do conflito entre as várias condutas, atos e reações possíveis e rivais. Aquilo que se pode observar como a atividade do trabalhador é, na verdade, o conjunto vencedor de reações entre as inúmeras possibilidades que se apresentaram, mas que foram impedidas. Clot expôs, à luz de Vigotski, que o comportamento observável é um sistema de reações vitoriosas, “já que o homem está pleno, em cada minuto, de possibilidades não realizadas” (Vigotski apud Clot, 2010, p. 202). Em face do exposto é que se defende que a atividade real necessariamente deve ser abordada por um método indireto de acesso ao psiquismo, a autoconfrontação simples, com vistas a se alcançar e explorar o real da atividade (SOUTO; LIMA; OSÓRIO; 2015).

Em resumo, neste cenário, a autoconfrontação simples, conforme concebida na Clínica da Atividade, busca atender ao chamado vigotskiano ao se configurar como instrumento metodológico acadêmico e interventivo dedicado ao exame e à compreensão das diferentes esferas do psiquismo humano, investigadas em ambiente de trabalho (PEREZ, 2016) e, principalmente, capaz de extrapolar a mera coleta de informações empíricas (MESSIAS; PEREZ, 2015). No próximo tópico há um registro e elucidação do passo a passo aplicativo da autoconfrontação simples.

3.2 Aplicação

A aplicação da autoconfrontação simples deve ser segmentada em duas fases, A e B, sendo que a primeira possui dois movimentos e a segunda fase possui três movimentos. Descreveremos o dispositivo do modo como é proposto para ser aplicado com os voluntários de uma pesquisa.

FASE A

Na primeira fase da autoconfrontação o pesquisador busca conhecer o ambiente de trabalho e seus componentes, por meio de observações e entrevistas com os pesquisados.

- Movimento 1: Documentos Prescritivos e Contexto Sociointeracional de Trabalho

Este movimento tem como objetivo permitir o contato e conhecimento dos documentos prescritivos da atividade laboral dos profissionais estudados. Em uma pesquisa busca-se aproximar o pesquisador do contexto laboral, inicialmente, por intermédio do exame dos documentos norteadores dos profissionais da instituição ou empresa escolhida, dentre os quais os prescritivos do trabalho, legislação, referências curriculares, entre outros. Já tendo profissionais voluntários selecionados, ocorre também a aproximação entre pesquisador e pesquisados.

- Movimento 2: Observação e Coleta de Dados

Após o primeiro contato com os documentos prescritivos e com o contexto de trabalho, o objetivo deste movimento é o de observar a rotina dos trabalhadores, seu ambiente de trabalho e seus modos de agir, aproximando-se ainda mais dos pesquisados. Os aspectos relevantes observados são registrados pelo pesquisador em um diário de pesquisas. Realiza-se também uma entrevista com os participantes para o levantamento de momentos relevantes em que gostariam que fossem enfatizados nas filmagens para realização da coanálise posteriormente. Ao final deste movimento o pesquisador esclarece suas dúvidas e busca o detalhamento de informações obtidas na observação.

FASE B

Na segunda fase, o pesquisador faz o registro em áudio e vídeo do trabalho dos voluntários da pesquisa, seguida da autoconfrontação simples, com o propósito de realização da coanálise da atividade para buscar o que se propõe no estudo.

- Movimento 1: Registro / Gravação da Atividade de Trabalho

Considerando as informações obtidas nas observações e entrevistas, o objetivo deste movimento é realizar o registro audiovisual, com uma câmera gravadora, das sequências de trabalho escolhidas pelos profissionais participantes. Busca-se captar momentos representativos do trabalho que são realizados pelos trabalhadores cotidianamente.

- Movimento 2: Seleção de trechos das atividades de trabalho registradas

Após a gravação das sequências de trabalho dos voluntários, o pesquisador seleciona trechos da atividade de cada um dos pesquisados. Estes trechos são exibidos aos voluntários da pesquisa e orientam o diálogo sobre o trabalho que realizarão no próximo movimento, a autoconfrontação simples propriamente dita.

- Movimento 3 – Autoconfrontação simples propriamente dita

Cada sessão de autoconfrontação simples dura em média entre quarenta minutos a uma hora e é gravada em vídeo. A instrução ou consigna que o pesquisador apresenta a cada profissional participante antes da projeção dos segmentos de trabalho é: “você assistirá trechos das sequências de trabalho que combinamos previamente que seriam registradas. Sempre que observar ou notar nas imagens situações que mereçam a sua análise, comente o que está vendo. Eu, pesquisador, também solicitarei comentários seus sempre que considerar necessário”.

Neste movimento cada trabalhador assiste os trechos da gravação em vídeo que foram selecionados previamente (no movimento 2 da fase B). Os dados que o pesquisador recolhe são os comentários feitos pelo profissional acerca do seu próprio trabalho no momento em que assistia ao registro audiovisual. Para o desenvolvimento dessa fase, o pesquisador deve elaborar antecipadamente um roteiro de questões visando organizar o diálogo sobre o trabalho com o voluntário da pesquisa. Este roteiro deve conter temas que permitam ao pesquisado abordar, o contexto de realização do trabalho, as percepções pessoais, o sentido dado à atividade, entre outros fatores, conforme os objetivos propostos no estudo que irá se realizar. É nessa medida que a autoconfrontação simples propõe um novo contexto em que o sujeito (neste caso, o professor) se torna, por sua vez, um observador exterior de sua atividade na presença de um terceiro (pesquisador). O comentário das gravações de vídeo relativas ao trabalho realizado se fará por meio das interpretações e das questões já formuladas pela auto-observação (CLOT, 2010). Para irmos além do comportamento observável da atividade e propor a reflexão sobre o trabalho docente, é necessário nos atentar, como já dito anteriormente, no momento da autoconfrontação, ao esforço explicativo sobre o próprio trabalho, as pausas, dúvidas, incertezas, manifestações dos pensamentos verbalizados, lacunas discursivas, entre outras manifestações dos

profissionais pesquisados, as quais irão compor a base analítica da pesquisa (MESSIAS; PEREZ, 2015).

Considerando o material que é coletado ao longo da intervenção, por intermédio do conjunto de passos aplicativos da autoconfrontação — documentos prescritivos, diário de observação, entrevistas e autoconfrontação simples propriamente dita, supracitados — é realizada a análise dos dados levantados, organizando-os em consonância à teoria levantada, fazendo a devida correlação do levantamento bibliográfico do tema com as questões apresentadas, através da análise minuciosa do conteúdo coletado nos encontros, preparando o material para ser discutido e interpretado.

Então, é possível realizar o exame e a discussão qualitativa dos dados da pesquisa, apurados por meio dos passos procedimentais acima descritos. Estes passos são baseados em Machado (2009), que afirma que o exame dos textos orais e escritos produzidos por um sujeito ou por um grupo de pessoas em uma rede discursiva é que permite aos trabalhadores e ao pesquisador as aproximações sucessivas das impressões e dos sentidos atribuídos a uma situação vivida pelos voluntários de um estudo. Assim sendo, é possível observar se os objetivos propostos de uma pesquisa serão alcançados, ou seja, a partir da reflexão dos profissionais investigados procurar identificar os sentidos atribuídos à atividade laboral docente, os elementos e os aspectos do trabalho, pela perspectiva dos próprios voluntários da pesquisa.

Portanto, em essência, o que se pretende com a autoconfrontação simples é, por intermédio da exibição do vídeo e do diálogo entre pesquisador e pesquisado, provocar a coanálise do trabalho, permitindo a reflexão acerca da atividade, possivelmente ressignificando os modos de fazer. Além disso, o material recolhido pode ser utilizado para subsidiar e apoiar a análise dos dados à luz da literatura acadêmica em que o referencial teórico escolhido permite e alcança.

4 Considerações finais

Ao longo do exposto neste texto pudemos descrever em linhas gerais um instrumento metodológico, a autoconfrontação simples e seus nexos com uma atividade laboral específica, o trabalho docente. Ressalta-se que o uso desta metodologia não somente pode ser aplicada à atividade dos professores, mas também a outras ocupações como, por exemplo, quando Yves Clot realizou seu estudo com os condutores de trem na França (CLOT, 2010).

É interessante notar também que a autoconfrontação simples, como um possível aporte metodológico para o estudo de cenários e relações de trabalho dos professores ou outros profissionais, pode vir a ser favorável na medida em que apresenta um enfoque inovador por valorizar o ponto de vista do profissional participante, tendo origem numa análise do ponto de vista daquele que realmente está inserido no contexto ocupacional e o conhece detalhadamente.

Estudos já demonstram a possibilidade de utilização desse aporte no campo profissional da educação (MANCUSO, 2018, no prelo; MESSIAS & PEREZ, 2013, 2015; ROSEMBERG, 2011, 2014). Além disso, ao darmos a oportunidade de o professor relatar, analisar e refletir sobre a atividade em que se insere, chegando a algumas constatações e propondo transformações nos modos de agir e nas condições que estão estabelecidas, pode haver a possibilidade de contribuição para um movimento de criação de protocolos de aprimoramento na área.

Em suma, as demandas colocadas pela sociedade contemporânea aos docentes, bem como a visibilidade e a relevância que esta profissão possui em nosso País, nos fez pensar e apresentar o estudo de um instrumento favorável que se propõe a buscar a percepção dos professores e o sentido que atribuem ao seu trabalho, fazendo o exercício de coanálise, com a intenção de promover uma reflexão da atividade pelos próprios trabalhadores. Acreditamos que a utilização deste aporte metodológico da autoconfrontação simples é um instrumento possível para se realizar o estudo do trabalho docente, e incentivamos a leitora e o leitor a conhecer, se aprofundar e a utilizar este caminho para implementar suas pesquisas.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. –Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação n. 125).

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CLOT, Y.; FERNÁNDEZ, G. **Instrumentos de investigación**: entrevistas en autoconfrontación: un método en clínica de la actividad. *Laboreal*, v. 3, n 1, pp. 15-19, 2007.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

FAÏTA, D. **La conduite du TGV**: exercices de styles. Champs Visuels, v. 2, n 6, p. 75-86, 1997.

LE GUILLANT, L. **Escritos de Louis Le Guillant**: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho Tradução: Guilherme Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2006.

LELIS, I. **A construção social da profissão docente no Brasil**: uma rede de histórias. In: TARDIF, M.; LESSARD, C. O ofício de professor. História, perspectivas e desafios internacionais. Petrópolis, Vozes, 2008.

MACHADO, A. R. **Linguagem e educação**: o ensino e a aprendizagem de gêneros textuais. Campinas, Mercado das Letras, 2009.

MACHADO, A. R. **Por uma concepção ampliada do trabalho do professor**. In: GUIMARÃES, A. M. M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas. Campinas, Mercado de Letras, 2007.

MANCUSO, M. J. C. **Além do Observável**: coanálise da atividade docente. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP). Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade, 2018 no prelo.

MESSIAS, C.; PEREZ, D. **A autoconfrontação como dispositivo para a produção de saberes sobre o trabalho docente**. Revista (Con) Textos Linguísticos, v. 9, n. 14, p. 72-92, 2015.

MESSIAS, C.; PEREZ, D. **O dispositivo metodológico e interventivo autoconfrontação e seus usos em pesquisas de educação**. Revista Nuances: estudos sobre Educação, v. 24, n. 3, p. 81-100, 2013.

MOURA, C. B. **A precarização do trabalho docente nas escolas estaduais paulistas**. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília: 2013.

ODDONE, I. **Redécouvrir l'expérience ouvrière**: vers une autre psychologie du travail? Paris: Éditions Sociales, 1981.

_____. **Ambiente de trabalho**: a luta dos trabalhadores pela saúde. Trad. Salvador Obiol de Freitas. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **Reflexiones sobre el modelo obrero italiano**. Revista Sindical, n. 5, v. 2, 4-9, 2007.

PEREZ, D. **Produzir saberes sobre o trabalho**: um método em Psicologia. *Revista Estudos de Psicologia*. Natal, 2016.

POZO, J. I. **Aprendizes e mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MANCUSO, M. J. C; PEREZ, D . dos. *Autoconfrontação simples: aportes para a investigação do trabalho docente*. R. Laborativa, v. 7, n. 2, p. 140-156, out./2018.

ROSEMBERG, D. S. **O trabalho docente universitário em análise do ponto de vista da atividade:** tessituras de vidas em uma universidade federal de Brasília. Tese de doutorado em educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Vitória, 2011.

ROSEMBERG, D. S. FILHO, J. R. BARROS, M. E. (organizadores). **Trabalho docente e poder de agir:** Clínica da atividade, devires e análises. Vitória: EDUFES, 2014.

SILVA; C. O.; BARROS, M. E. B.; LOUZADA, A. P. F. **Clínica da atividade:** dos conceitos às apropriações no Brasil. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. Clínicas do Trabalho. Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

SOUTO A. P.; LIMA K. M. N. M.; OSÓRIO, C. **Reflexões sobre a metodologia da clínica da atividade:** diálogo e criação no meio de trabalho. Laboreal, v. 11, n. 1, 2015, p. **11-22**.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WISNER, A. **Por dentro do trabalho:** ergonomia: método e técnica. Trad. Flora Maria Gomide Vezzà. São Paulo: FTD, 1987.

_____. **A inteligência no trabalho:** textos selecionados de ergonomia. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundacentro, 1994.

Agradecimento

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que permitiu a realização da pesquisa que deu origem a este artigo.

Artigo apresentado em: 19/07/2018

Aprovado em: 20/08/2018

Versão final apresentada em: 03/09/2018